

## Um manuscrito anónimo do naufrágio da nau *Santo Alberto* (1593)

An Anonymous Manuscript of the *Santo Alberto* Shipwreck

Glória de Santana Paula

Centro de História da Universidade de Lisboa  
gloriacspaula@gmail.com

Data de receção: 12-03-2019

Data de aceitação: 27-03-2019

### Resumo

Em 1593 a nau *Santo Alberto* realizava a viagem de retorno para o reino, vindo a naufragar em 24 de Março no litoral do sudeste africano. Um “curioso” que seguia a bordo da nau redigiu uma vívida memória dos acontecimentos que consubstanciaram a tragédia marítima e o percurso dos sobreviventes pela terra então designada pelos portugueses como “Cafraria”. O autor anónimo de um texto que permaneceu manuscrito até há pouco tempo dedica grande parte do seu discurso ao território de errância dos náufragos e às diversas comunidades africanas com quem estes interagiram ao longo da peregrinação forçada, desde a praia de Kwelera, a sul do Kei, até ao reino do Inhaca, na atual baía de Maputo. Com este artigo temos por objetivo divulgar o relato de um sobrevivente anónimo, intitulado *Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria, costumes dos que a abitão até o Cabo das Correntes* (BnP, Cod. 639). Enfatizamos o valor histórico-literário deste documento, que observa os aspetos estruturais do modelo narrativo conhecido como “relato de naufrágio”, estabelecemos pontos de comparação e propomos a sua precedência em relação ao impresso de Lavanha. Esperamos, deste modo, contribuir com material essencial à realização de estudos sobre as viagens marítimas e as vicissitudes que colocaram face a face diferentes povos e culturas, assim como estudos comparativos no âmbito da literatura de naufrágios.

**Palavras-chave:** naufrágio – nau *Santo Alberto* – Cafraria – cafres

## Abstract

In 1593, the ship *Santo Alberto* faced a tragic end on the shore of Southeastern Africa. An anonymous author who embarked on the ship wrote a vivid memory of the maritime tragedy and the journey of the survivors through the land then called by the Portuguese “Cafraria”. The author devotes most of his discourse to the description of the inland and the many Southern Bantu communities with whom the castaways interacted along a forced peregrination between the Kwelera beach, south of the Kei, until the Inhaca Kingdom, at actual Maputo bay. It is our purpose to spread the anonymous account entitled *Perdição da nao Santo Alberto, e das cousas da Cafraria, custumes dos que a abitão ate o Cabo das Correntes* (BnP, Cod. 639). We emphasize the historical and literary value of this document, establish points of comparison and propose its precedence, as a read manuscript text, to Lavanha’s printed book. With this paper, we hope to contribute with essential material for the study field of maritime voyages, the encounter with different Geographies, Peoples and Cultures and its written discourses and representations.

**Keywords:** shipwreck – *Santo Alberto* ship – Cafraria – cafrés

*“estes forão os homens que mais caminharão por esta parte da Cafraria que todos os que ate oye sabemos, [...] conversando, e domesticquando, com liberilidade, e bemniulencia, tantas naturezas de quaéres, que é espanto”.*

O século XVI foi o tempo em que as mais variadas partes do mundo se ligaram pelas viagens marítimas portuguesas, as quais puseram em movimento fluxos de interações entre povos distantes, com profundo impacto ao nível económico, político-militar e cultural. Nesse tempo de novidade e de contacto ocorreu, tal como afirmou Malyn Newitt, uma “mudança das relações europeias com o resto do mundo que, hoje, se interpretam como sendo os primórdios da globalização”.<sup>1</sup>

O estabelecimento de contextos de conexão global envolveu uma multiplicidade de fatores técnicos, entre os quais a definição de carreiras regulares de navegação, como a *Carreira da Índia*, que ligava Lisboa a Cochim. Um elevado número de naus, galeões, fragatas e caravelas sulcavam as massas oceânicas do Índico e do Atlântico em

---

<sup>1</sup> Malyn Newitt (2013: 93)

condições de sobrecarga, de forma a fazer chegar à Europa as mercadorias mais valiosas e ambicionadas. Dizia-se na época que, na derrota entre Lisboa e Cochim, tripulantes e passageiros das naus experienciavam os maiores perigos e incertezas da existência terrena.

De acordo com o estudo de Paulo Guinote *et al.*, do total de naus saídas de Lisboa entre 1497 e 1650, 20% não regressava a este porto “por desaparecer no mar, devido a temporal, erro de navegação, ataque inimigo ou outra qualquer causa, conhecida ou não”.<sup>3</sup> A avaliação destes autores sobre as perdas no mar para o referido período toma como base a “viagem redonda”, que compreende a fase de ida e a do retorno. A periodização proposta naquele estudo destaca como fase mais dramática na navegação da Índia o quinquénio posterior a 1590, com 54,2% de perdas ocorridas principalmente na viagem de regresso.<sup>4</sup> A maior parte das perdas por naufrágio ocorreram entre o Cabo da Boa Esperança, o Canal de Moçambique e a costa oriental africana, considerado o trajeto mais problemático na viagem marítima para a Índia.<sup>5</sup>

A 11 de janeiro de 1593 largava do porto de Cochim a nau *Santo Alberto* para mais uma viagem de retorno da *Carreira da Índia*. Nos cerca de três centos de pessoas embarcadas para regresso ao reino constavam fidalgos, religiosos, oficiais de bordo, marinheiros, grumetes e escravos, tanto africanos como asiáticos, sendo o espaço flutuante da nau uma projeção microcós mica das estruturas, hierarquias e imaginários da sociedade da época.<sup>6</sup>

No movimentado porto, estando passageiros com carga pessoal ainda por entrar na nau ancorada, ocorreu o episódio inquietante da recusa do piloto em assinar a declaração de que o navio estava em

---

<sup>2</sup> Paulo Guinote *et al.* (1998: 104-105).

<sup>3</sup> *Ibidem.*

<sup>4</sup> *Ibidem:* 107.

<sup>5</sup> *Ibidem:* 124.

<sup>6</sup> O número de embarcados pode deduzir-se da contagem que os autores fazem dos sobreviventes do naufrágio e da menção ao número de mortos, que contabilizava sempre em separado portugueses e escravos. De acordo com os números apresentados no manuscrito anónimo do naufrágio da nau *Santo Alberto*, teriam embarcado em Cochim cerca de 291 pessoas. Lavanha apresenta um número mais elevado, pois refere 347 embarcados, dos quais 153 portugueses e 194 escravos. É provável que as informações cedidas pelo piloto ao cosmógrafo estejam mais de acordo com os róis dos embarcados. O número inferior apresentado pelo autor anónimo, com base na resenha feita antes de iniciar a peregrinação por terra, pode fazer-nos supor que um elevado número de escravos tenha desertado quando alcançaram terra firme.

condições “marinheiras”. Alegava o excesso de carga e a má arrumação da mesma, mas o vedor da fazenda de Cochim, Manuel de Medeiros, forçou-o a assinar o assento de conformidade do navio sob pena de prisão, pelo que a desamarra da nau não se fez sem tensão e pronúncios de tragédia e perdição. Um passageiro anónimo que embarcou nesta viagem testemunhou que o piloto “assinaria, mas que alembraua que botaua aquela nao a perder com toda a gente. E assi dezamariamos muy confusos de uer a nao tão carreguada [...]”.<sup>7</sup>

O códice 639 da seção de reservados da BNP, com o título *Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria, custumes dos que a abitão até o Cabo das Correntes*,<sup>8</sup> narra este episódio e toda a história do naufrágio da nau *Santo Alberto* (1593) numa das praias do sudeste africano, que os documentos da época designavam pelo macrotopónimo *Cafraria*. Este texto de final de quinhentos permaneceria manuscrito até 2007, quando foi por nós transcrito e publicado pela editora Caleidoscópio.<sup>9</sup>

Para além de uma descrição vívida do desastre náutico, o referido manuscrito constitui-se como uma narrativa homodiegética da aventura coletiva dos naufragos que, salvos das águas, empreenderam a longa e difícil travessia de territórios africanos, desde a praia de Kwelera, a sul do rio Kei, até à baía então designada de Lourenço Marques, onde se localizavam os domínios do chefe Tsonga, Inhaca. A partir da base administrativa portuguesa na Ilha de Moçambique eram enviados navios com destino às terras do Inhaca, para o comércio do marfim, e o conhecimento deste facto animou os naufragos a caminharem no sentido NNE, na esperança de serem resgatados por algum desses navios de comércio, que se deslocavam ao Cabo das Correntes e à baía de Lourenço Marques ao ritmo das monções.

Na descrição desta peregrinação pela *Cafraria*, o olhar do narrador espanta-se perante a diversidade de gentes e costumes e relata os momentos do encontro com a alteridade africana.

O documento que historicamente mais divulgou o desastre da nau *Santo Alberto* foi escrito por João Baptista Lavanha, cosmógrafo-

---

<sup>7</sup> Glória de Santana Paula (2007: 119).

<sup>8</sup> *Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria, custumes dos que a abitão até o Cabo das Correntes*, BnP, Reservados, Cod 639, mss. de 57 folios, redigido a duas mãos, com letra do século XVI. Transcrição integral do manuscrito em Glória de Santana Paula (2007: 111- 163).

<sup>9</sup> Glória de Santana Paula, *op. cit.*

mor do rei, que editou em 1597 o *Naufragio da Nao Santo Alberto, E Itenerario da gente que delle se salvou. De João Baptista Lavanha Cosmografo môr de Sua Magestade. Dedicado ao Principe Dom Phillipe Nosso Senhor. Em Lisboa. Em Caza de Alexandre de Siqueira, anno M.D.XCVII.*<sup>10</sup> Lavanha compilou testemunhos de diversos sobreviventes do naufrágio e compôs uma narrativa que foi impressa com licença do Santo Ofício e privilégio real. Esse texto seria integrado na vasta compilação da *História Trágico-Marítima Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiveraõ as Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegação da India*,<sup>11</sup> feita no século XVIII por Bernardo Gomes de Brito. A narrativa do cosmógrafo-mor, pelas diversas edições impressas e por ter integrado o monumento literário da *História Trágico-Marítima*, havia de se tornar a versão por excelência do naufrágio da nau *Santo Alberto*.

Por seu turno, o relato anónimo que permaneceu manuscrito, e cujo valor destacamos nestas páginas, foi redigido por alguém que vivenciou a derradeira viagem da nau *Santo Alberto*, mas que não assinou o seu texto. Após um prólogo no qual invoca Vasco da Gama como o herói de uma nova Era e uma dedicatória a D. Francisco da Gama, o autor afirma-se como um “curioso” a bordo da nau, como se deliberadamente procurasse ocultar a sua identidade:

Breue relação da perdisão da nao  
Santo Alberto indo pera o Reino a qual  
se perdeo em – 32 – graos e meio sento  
e des legoas antes do Cabo da Boa  
Esperança, feito por hum curioso  
que se achou nela<sup>12</sup>

### A natureza e estrutura do manuscrito

O manuscrito intitulado *Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria...* é, quanto à sua natureza, uma “relação de naufrágio” na sua dimensão de notícia relatada por um náufrago que

---

<sup>10</sup> Os três exemplares que existem na secção de Reservados da Biblioteca Nacional têm sido considerados contrafacções do século XVIII. Um dos raríssimos exemplares da 1.ª edição de Lavanha encontra-se na Biblioteca Ducal de Vila Viçosa com a cota *Res. BDM 2.º/574*. Veja-se António Manuel de Andrade Moniz (2001: 44). Sobre os raríssimos exemplares da *editio princeps* de Lavanha, veja-se também Leite Faria (1967: 295-302).

<sup>11</sup> Bernardo Gomes de Brito (1735-1736).

<sup>12</sup> Glória de Santana Paula (2007: 117).

também partilha uma experiência de sobrevivência coletiva em terras do sudeste africano, num texto que o próprio autor designa de “roteiro”.

Apesar deste manuscrito ter sido redigido como um roteiro, não sendo por intenção uma obra literária, a sua organização textual obedece, em muitos aspetos, a um modelo narrativo tradicional sujeito a algumas convenções que permitem enquadrá-lo na matriz dos relatos de naufrágios, tal como foi definida por Giulia Lanciani. Segundo esta autora, os textos convencionalmente designados “relatos de naufrágios” obedecem a determinadas unidades de conteúdo ou elementos constitutivos:

**1-Antecedentes** → **2-Partida** → **3-Tempestade** → **4-Naufrágio** → **5-Arribada** → **6-Peregrinação** → **7-Retorno**

Os elementos 1 e 3 nem sempre se verificam; nesse caso o relato pode iniciar-se com a “partida”. O elemento 4 (naufrágio) pode ser substituído pelo ataque corsário e os elementos 6 e 7 podem não chegar a concretizar-se devido à impiedade dos inimigos que não permite o “retorno”.<sup>13</sup>

Na *Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria...* verificamos a presença dos seguintes elementos constitutivos:

**Antecedentes**, acontecimentos que precederam a partida da viagem;

**Partida**, condições da nau, características da carga, início da navegação;

**Naufrágio**, narração do acontecimento trágico em que se dá a destruição e a perdição da nau;

**Arribada**, chegada dos sobreviventes a terra;

**Peregrinação**, itinerário dos naufragos ao longo das terras da *Cafraria* até chegarem a um porto conhecido;

**Retorno**, repatriamento dos sobreviventes.

Neste, como noutros textos classificados como relações de naufrágios, conflui um feixe de características que tornam o género compósito e fluido, uma vez que combina o registo de elementos técnicos que se cruzam habilmente com juízos éticos, registos de memórias sobre factos e personagens históricos bem como amplas descrições das distantes realidades geográficas e humanas. O autor do manuscrito anónimo teve como intenção produzir um roteiro que teria

---

<sup>13</sup> Giulia Lanciani (1997: 79)

a função de um manual com conselhos práticos de sobrevivência, dirigido a quem sucedesse naufragar na costa da *Cafrária*. É notória a preocupação em registar as conhecenças, os graus de latitude, os nomes indígenas dos chefes e dos lugares, bem como alguns costumes entre os quais a saudação, com potencial utilidade do ponto de vista diplomático.

Quanto à estrutura do manuscrito, este constitui-se como um códice de 56 fólhos escritos em frente e verso, com letra do século XVI. O documento não está datado nem assinado e o material de suporte é papel, cuja análise da filigrana aponta para finais do século XVI.

O texto foi redigido com duas grafias bem distintas, sendo no fólho 27 que se dá a modificação no tipo de letra, verificando-se pequenas correções na primeira parte do manuscrito com a grafia da segunda parte, que já denota traços próprios de uma escrita de transição para o século XVII.

As matérias narradas organizam-se em 25 Capítulos que são precedidos de um Prólogo e de uma Introdução. No Prólogo, o autor dedica a obra a D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, almirante e vice-rei da Índia, enaltecendo a sua ação no Oriente e a sua linhagem heroica. É também no Prólogo que o autor revela algum conhecimento da cultura universal do Renascimento, ao invocar escritores, poetas e príncipes da Antiguidade Clássica. Na Introdução, que embora não contemple este título cumpre a respetiva função, o autor apresenta a utilidade e o valor didático do seu breve tratado que, "*em modo de roteiro*", devia servir todos aqueles que navegassem na Carreira da Índia.

### **Problemas de autoria e datação**

Os problemas de autoria decorrem do facto da obra não ter sido assinada e da ausência, ao longo do texto, de indícios que possam levar à identificação do sujeito produtor do discurso. Facilmente se verifica não estarmos perante o texto de Lavanha, não só pelas diferenças do título, pela dedicatória, mas também porque no Prólogo é afirmada a autoria por um "curioso" que se achava na nau. Também não foi escrito pelo piloto, porque o autor fala na primeira pessoa do singular e refere-se sempre ao piloto como uma terceira pessoa.

A não assinatura do manuscrito e a existência de dois tipos de letra distintos poderia levar-nos a supor que se trataria de uma obra coletiva, em que um indivíduo opera a síntese das informações. Porém, não nos inclinamos para esta hipótese porque ao longo do texto é

notório um certo grau de protagonismo pessoal do narrador, afirmando o seu eu e sua emoção perante a experiência vivida.

Várias passagens do manuscrito levam-nos a colocar a hipótese de que o autor estaria na Índia, muito provavelmente em Cochim, quando escreveu o relato. Logo no Prólogo menciona os trabalhos que passou “*yndo destas partes pera o Reino*”<sup>14</sup> e, no final do texto, que assinala também o fim da peregrinação dos naufragos pela terra da *Cafraria*, afirma que, após o resgate por um navio português de comércio do marfim no reino do Inhaca, chegou a Moçambique e daí regressou à Índia.<sup>15</sup>

Tanto no Prólogo como no sub-título que introduz a narrativa<sup>16</sup> ficou expresso que o relato foi escrito por um “curioso” que se encontrava na nau. A autoafirmação como “curioso” parece excluir o exercício de algum cargo oficial. Podemos supor ter sido algum fidalgo que regressava ao reino e, se assim for, podia ser um dos nomes que consta da *Memória das pessoas que passaram à Índia nos anos de 1504 a 1628*, feita a partir dos livros da Casa da Índia.<sup>17</sup> Mas, uma vez que nesta *Memória* apenas ficaram registados os nomes dos cavaleiros que deixaram o reino rumo à Índia, a margem de dúvida é gigantesca. Terá este “curioso” acompanhado a nau do reino para a Índia? Seria um fidalgo? Seria alguém que já se encontrava no Oriente há vários anos? Sobre este aspeto é de assinalar que o autor utiliza no seu discurso vocábulos de origem oriental, o que reflete a familiaridade com as línguas locais e, por conseguinte, poderá ser um indicador de uma longa permanência por paragens da Índia. A verdade é que os dados de que dispomos não nos permitem avançar na definição de uma autoria do texto. Podemos, no entanto, esboçar um perfil do autor e, neste sentido, estaremos perante alguém que faz o elogio das nobres virtudes, que enaltece a ação evangélica nos territórios distantes da Europa Cristã e que condena as causas humanas dos naufrágios que considera serem o pecado, a incúria e a ambição. Crê na ação da Providência divina, interveniente tanto no desencadear da tragédia, castigando os homens pelos seus pecados, como no posterior perdão e salvação. Tem

---

<sup>14</sup> Glória de Santana Paula (2007: 116).

<sup>15</sup> *Ibidem*: 162-163.

<sup>16</sup> *Ibidem*: 117.

<sup>17</sup> *Memória das pessoas que passaram á India nos anos de 1504 a 1628, conforme se verá do título de cada lembrança que fizermos; a qual e as demaes que por esta ordem se acharem tiramos dos livros da Caza da India*, Reservados da BNP, Collecção Pombalina, nº 123 (Ms. in fol. de 427 ps.; letra do Séc. XVII): 286-288.



conhecimento das vicissitudes dos portugueses nos mares do Oriente. Elogia a ação de D. Francisco da Gama, vice-rei da Índia, a “chave de ouro” do Índico, conhece o naufrágio de Manuel de Sousa de Sepúlveda e do galeão *São João*, em 1552, e o de D. Paulo de Lima, na nau *São Tomé*, em 1589. Conhece e defende os projetos em favor da construção de uma base portuguesa no sul do continente africano, entre o Cabo da Boa Esperança e a Baía da Lagoa, projetos estes que estiveram em debate nos reinados de D. João III e D. Sebastião. Em suma, estamos perante um texto redigido por alguém que corresponde ao perfil típico do cavaleiro envolvido nas viagens da Expansão.

No que se refere à datação do manuscrito, o autor inicia o seu texto dizendo ter há “*Mujtos días (...) escrito hum volume*” sobre a jornada que fez indo para o reino.<sup>18</sup> Neste sentido, a versão textual que consta do códice 639 pressupõe a existência de um volume anterior, o qual deverá ter sido escrito em 1593, de acordo com as seguintes hipóteses:

- Na primeira hipótese, o volume seria uma espécie de diário redigido durante o percurso de três meses por terras da *Cafraria*, entre o local do naufrágio, a sul do rio Kei, e o rio de Lourenço Marques. Durante os onze dias que os naufragos permaneceram na praia do naufrágio recolheram o que puderam dos castelos da nau destruída: armas, alimentos, bens indispensáveis às permutas com as populações locais e provavelmente também os instrumentos de escrita (papel, penas, tinta) que possibilitaram a este autor anónimo a redação de um roteiro acerca do percurso terrestre.
- Outra das hipóteses é a de que esse volume tenha sido o resultado de uma fixação da memória *a posteriori*, que ocorreu depois do autor regressar à Índia.

Em qualquer dos casos, esse volume prévio integraria um discurso empírico, que terá sido o esboço ou a base do códice 639. Diz-nos o autor que foi importunado por amigos para que acabasse esse texto, pois muitos folgariam vê-lo em forma de roteiro.

O volume que o autor afirma ter escrito há muitos dias parece ter sido do conhecimento do vice-rei Matias de Albuquerque, que governou o Estado da Índia entre 1591 e 1597. O *Regimento que se fez por ordem do snor’ Visorrej Matias Dalbuquerque tirado do Roteiro da*

---

<sup>18</sup> Gloria de Santana Paula (2007: 116).

*viagem que fez por terra da cafraria a gente da Nao Santo alberto governada por Nuno velho pereira*<sup>19</sup> expressa ter na sua base um “roteiro” de onde foram extraídas as informações e os avisos destinados a todos os que navegavam na *Carreira da Índia*. Ora, analisando a sequência textual do *Regimento* e comparando com a do manuscrito anónimo verifica-se grande similitude de conteúdos e excertos iguais, assinalando-se apenas pequenas diferenças na grafia de alguns topónimos e nomes de chefes africanos. Deste modo, consideramos a possibilidade do “roteiro” mencionado no *Regimento* de Matias d’Albuquerque ser este manuscrito anónimo, ou o seu rascunho contido num volume prévio. O Quadro 1 permite-nos perceber dois momentos de uma matéria textual, em que a narrativa de primeira mão é utilizada e refundida no texto de um regimento para andar nas naus.

Quadro 1 – Similitudes textuais entre o Manuscrito anónimo e o Regimento de Matias d’Albuquerque

Manuscrito anónimo	<i>Regimento</i> de Matias de Albuquerque <sup>20</sup>
“(…) açhamos por todo este caminho muitas adeñs, perdizes, cordonizes, pombas, garsas, pardais, corvos, e muitas eruas da Europa, como agrjois, bredos, alecrim, alosna, fedegose, mentratro, amoras da silva, fetos, erva baboza, rabasas, e muitas boninas”. (fl. 28)	“(…) por todo este caminho, acharão perdizes, codornises, pombas, garças, pardais, corvos, e ervas da nossa terra, agrioes, bredos, alecrim, losna, fedeguosa, mentrastos, amoras de silva, fetos, erua babosa.” (p. 50)
“(…) auendo coatro dias que caminhamos pelo dezerto achou-se o piloto em trinta graos menos sete minutos (...) e aos dous de maio foj o piloto guinamdo mais a les nordestes porque lhe disserão os negros que fosse por omde nasia o sol e achariamos pouoado, (...) aqui se fes o piloto por sua estimatiua uinte e simco legoas pelo sartão”. (fls. 37 v <sup>o</sup> -38 v <sup>o</sup> )	“(…) aos quatro dias deste despovoado, tomaram o sol, acharão trinta graos menos sete minutos, aoutro dia foi guinando o piloto a lesnordeste, porque assim lhe dixee a gemte da terra, que fosse para o sol que iriam dar em povoado, aqui polo estimativa, se fez o piloto vinte sinquo legoas, afastados da praia”. (p. 50)

<sup>19</sup> Documento existente na Biblioteca da Ajuda (Cod.51-vi-54, n.º 27) e publicado por Maria Emília Madeira Santos (1969: 48-53).

<sup>20</sup> As citações do *Regimento* de Matias de Albuquerque são retiradas da referida edição de Maria Emília Madeira Santos.

"Lulubala (...) que amdaua desterrado por o Inhaqua lhe tomar o seu Reino". (fl. 42)	"(...) se chamava cucubala, que andava desterado, por lhe tomar o Inhaqua seu Reino." (p. 51)
"(...) sobimos huma serra muito alta e em sima fomos por huma cham que hia te huma ribeira que da outra banda tinha montes altos e chãos e nas chãs tinha dezassete pouoaçomis, esta ribeira passamos com agua pela simta, (...) e fomos caminhando sempre por antre pouoadado de humas aldeias de hum ancese por nome, pamjana". (fl. 45 v <sup>a</sup> )	"(...) subindo, desendo, algus outeiros, por onde acharão hua serra muj alta que ensima tinhão hua chãa que hia dar nua ribeira que da outra banda tinha montes altos, e chãos e nas chãs tinha dezassete povoações. E esta ribeira, se pasou a agoa pela sinta o amquose destas povoações se chamava panjana". (p. 51)

Consideramos que as informações do roteiro inicial do autor anónimo, a par de outras fontes diretas hoje perdidas, terão sido fundamentais para a redação do *Regimento* do Vice-rei Matias de Albuquerque e são, seguramente, anteriores a 1597.

O manuscrito, na versão que conhecemos, é dedicado a D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, almirante e vice-rei da Índia e, portanto, as reformulações efetuadas pelo autor no seu texto prévio terão ocorrido durante este vice-reinado: entre 1597 (data da chegada do vice-rei a Goa) e 1600. É muito plausível que tal intervenção tenha acontecido logo no início do governo de D. Francisco da Gama, pela indicação de proximidade temporal que o autor estabelece entre o momento da sua escrita e o do naufrágio de D. Paulo de Lima, que teria ocorrido "*aguora há pouquo*", em 1589.

Por fim, surge-nos a dúvida se terá Lavanha conhecido este manuscrito anónimo ou o seu volume prévio? Terá sido esta também uma das fontes do seu relato de naufrágio?

Em 2 de Novembro de 1596, quando a censura inquisitorial se pronunciou quanto a matéria de Fé, já a obra de Lavanha estava pronta para impressão. O cosmógrafo diz ter escrito o seu tratado "*resumindo nele um longo cartapácio que desta viagem fez o piloto da dita nau, o qual emendei e verifiquei com a informação que depois me deu Nuno Velho Pereira, capitão-mor que foi dos portugueses nesta jornada*".<sup>21</sup>

<sup>21</sup> João Baptista Lavanha, "Relação do Naufrágio da Nao S. Alberto, no Penedo das Fontes no anno de 1593. E Itinerario da gente que dele se salvou, athè chegarem a Moçambique", Bernardo Gomes de Brito (1955: 8), Vol. 3.

Então, as fontes que Lavanha apresenta são os registos do piloto e as informações de Nuno Velho. Acontece que Nuno Velho ao regressar ao reino na nau *Chagas* foi vítima da sua perdição, em junho de 1594, por ataque dos ingleses ao largo dos Açores. Nuno Velho foi levado como prisioneiro para Inglaterra, onde esteve durante um ano. Quando regressou à Península Ibérica, após o seu resgate, já o ano de 1595 ia adiantado. Deverá ter sido entre os meados de 1595 e meados de 1596 que Lavanha obteve as informações de Nuno Velho para incluir no seu relato. Entretanto, recorreu também aos apontamentos do piloto da nau. Mas, muito provavelmente, outras fontes terão chegado ao seu conhecimento, nomeadamente o roteiro inicial deste autor anónimo. Porque estes textos manuscritos circulavam e eram copiados na época, parece-nos que o esboço inicial ou esta versão do manuscrito anónimo terá chegado ao conhecimento de João Baptista Lavanha. Não será por mera casualidade que encontramos no texto do Cosmógrafo-mor frases quase iguais às que constam, tanto do manuscrito anónimo, como do *Regimento* de Matias de Albuquerque, o que nos permite estabelecer um nexa entre estas fontes, as quais teriam o seu momento original no testemunho deste sobrevivente anónimo da perdição da nau *Santo Alberto*.

Quadro 2 – Similitudes textuais

Manuscrito anónimo	<i>Regimento</i> Matias d'Albuquerque	Relato impresso de Lavanha
<p>“achamos por todo este caminho muitas adens, perdizes, codornizes, pombas, garsas, pardais, coruos, e muitas eruas da Europa, como agrióis, bredos, alecrim, alosna, fedegose, e mentratro, amoras da silua, fetos, erva baboza (...)” (<i>Perdição da nao Santo Alberto ...</i>, fl. 28).</p>	<p>“por todo este caminho, acharão perdizes, codornises, pombas, garças, pardais, corvos, e ervas da nossa terra, agriões, bredos, alecrim, losna, fedeguosa, mentrastos, amoras de silva, fetos, eruababosa.” (<i>Regimento</i> Matias d'Albuquerque, <i>in</i> M.<sup>a</sup> Emília Madeira Santos, <i>op. cit.</i>, p. 50).</p>	<p>“acharam, pela terra que tinham andado, adens, perdizes, codornizes, pombas, garças, pardais e corvos;”. (Cf. João Baptista Lavanha, <i>op. cit.</i>, p. 37).</p>

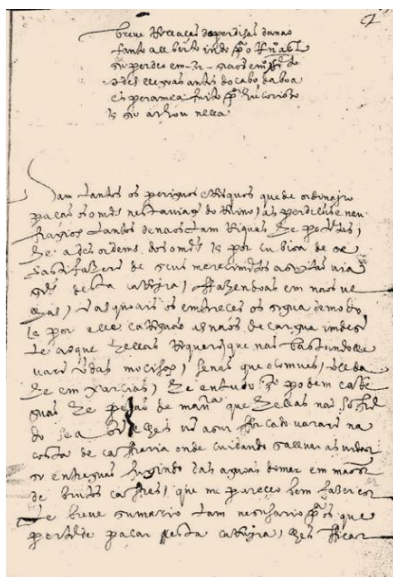
## Alguns aspetos de comparação entre o manuscrito anónimo e o relato de Lavanha

### Impresso *versus* manuscrito

João Baptista Lavanha era um homem de ciência e técnica, tendo entrado ao serviço de D. Sebastião como mestre de Matemática e tendo prosseguido essa função no período da União Ibérica.<sup>22</sup> Superintendeu o ensino da Matemática, Arquitectura, Cosmografia, Geografia e Topografia na Academia de Madrid, foi nomeado “engenheiro do reino de Portugal” (1586)<sup>23</sup> e tornou-se notável pelos seus estudos de náutica. Quando editou o *Naufragio da nau Santo Alberto* (1597), já havia publicado o *Tratado da arte de navegar* (1588) e o *Regimento náutico*, com uma primeira edição em 1595 e uma segunda em 1606.

O texto de Lavanha teve licença de impressão do Santo Ofício, assinada por Fr. Manuel Coelho e conferida por Diogo de Sousa e Marcos Teixeira. Além disso, obteve um privilégio do rei, assinado em 28 de novembro de 1597, que proibia a impressão nos seus reinos e senhorios da referida obra e estabelecia que cada um dos volumes fosse assinado pelo autor, penalizando quem o tivesse sem ser assinado ou quem o trouxesse de fora impresso sem o consentimento do autor.<sup>24</sup>

Tal privilégio, concedido pelo rei, só por si justifica que o relato anónimo tenha permanecido manuscrito. Nesta altura, um livro impresso significava um mundo de relações e poderes, um quadro institucional, do qual o autor



Folio 4 do manuscrito

<sup>22</sup> Francisco Contente Domingues (2003: 117).

<sup>23</sup> *Ibidem*: 125.

<sup>24</sup> João Baptista Lavanha, *Naufragio da Nao Santo Alberto, E Itenerario da gente, que d'elle se salvou. Por João Baptista Lavanha Cosmografo mòr de Sua Magestade. Dedicado ao Principe Dom Phillipe Nosso Senhor*, Lisboa, Em Casa de Alexandre de Siqueyra, anno de 1597, (contrafacção do séc. XVIII).

anônimo estava afastado, apesar de ter dedicado a sua obra a uma figura eminente para “*buscar o mesmo fauor e emparo de quem com sua sombra o piqueno tratado reseba nouo ser e auturidade*”.<sup>25</sup> Para além de dedicar o seu relato a D. Francisco da Gama, que na Índia granjeou inimigos por tentar limitar o poder das elites diretamente envolvidas em situações de abuso e corrupção, o manuscrito anônimo encerra em si críticas e acusações ao vedor da fazenda de Cochim, Manuel de Medeiros, cuja incúria e negligência estariam diretamente entre as causas do naufrágio. Ora, o vedor da fazenda era um dos mais importantes cargos da administração do Estado da Índia, significando um prolongamento do poder real nesta parte do Império. Acusar um membro da administração periférica resultava forçosamente num distanciamento relativamente às redes de poder, controladoras da atividade editorial.

### Título e estrutura das obras

Uma vez que o título de uma obra funciona como um dos primeiros “operadores de sentido”<sup>26</sup>, exercitemos a comparação entre as duas obras que se debruçam sobre o naufrágio da nau *Santo Alberto*:

Quadro 3 – Títulos das obras manuscrita e impressa

Manuscrito Anônimo	Relato impresso de Lavanha
<i>Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria, custumes dos que a abitão ate o Cabo das Correntes.</i>	<i>Naufragio da Nao Santo Alberto, E Itenerario da gente que delle se salvou. De João Baptista Lavanha Cosmografo môr de Sua Magestade. Dedicado ao Princepe Dom Phillippe Nosso Senhor. Em Lisboa. Em Caza de Alexandre de Siqueira, anno M.D.XCVII</i>
Com a expressão “ <i>perdição</i> ” fica-nos a imagem da tragédia e do infortúnio. Mencionando as “ <i>couzas da Cafraria, custumes dos que a abitão</i> ” antecipa a matéria que se desvia da tragédia, centrando-se num olhar sobre o	Relata o “ <i>Naufragio... e Itenerario da gente que delle se salvou</i> ” deixando uma abertura que aponta para o desenvolvimento da ação. Está presente a ideia de salvamento e retorno.

<sup>25</sup> Glória de Santana Paula (2007: 116)

<sup>26</sup> Maria José Paredes Meira (1996: 151)

"outro", nos planos geográfico e antropológico.	
O título não localiza o acontecimento no tempo; a localização no espaço é feita apenas no fl. 4, num título interior, onde o autor procede a uma localização técnica, em léguas (por referência a um ponto conhecido - Cabo da Boa Esperança) e em graus de latitude sul: " <i>em-32-graos e meio, sento e des legoas antes do cabo da Boa Esperança</i> ".	Na <i>editio princeps</i> de 1597, o título não localiza o acontecimento no tempo. Quando o relato é integrado na coletânea de Bernardo Gomes de Brito, <i>História Trágico-Marítima</i> , o título é alterado de modo a incluir as referências temporal - 1593 - e espacial - <i>Penedo das Fontes</i> - o nome pelo qual os mareantes, desde o levantamento de Manuel de Mesquita Perestrela, conheciam um rochedo próximo do local do naufrágio.
Não identifica a autoria, diz apenas que o relato foi feito por um <i>curioso</i> .	Identifica a autoria - feito por <i>João Baptista Lavanha, Cosmógrafo mór de Sua Magestade</i> .
A obra não é datada.	A obra é datada - <i>anno de 1597</i> .

Quadro 4 – Estrutura das obras

<b>Manuscrito Anônimo</b>	<b>Relato impresso de Lavanha</b>
Escreve um Prólogo no qual dedica a obra a D. Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, Almirante e Vice-rei da Índia.	Não escreve um Prólogo mas dedica a obra ao Príncipe D. Filipe, o futuro Rei Filipe III de Espanha e Portugal.
A obra divide-se em 25 capítulos cujos títulos nos dão conta do evoluir da ação.	O texto da obra impressa é compacto, não estando dividido em capítulos.

<p>Uma Introdução precede os capítulos: aí o autor apresenta as razões que o levaram a redigir a obra. Essas razões prendem-se com a utilidade que poderia ter para os que navegavam na <i>Carreira da Índia</i>, marcada por tantos “perigos e riscos”. Diz escrever “em modo de roteiro” para servir de exemplo a todos os que naufragassem na costa da <i>Cafraria</i>, para que se soubessem governar como fizeram estes naufragos da nau <i>Santo Alberto</i>.</p>	<p>O cosmógrafo-mor inicia a obra com a justificação da sua utilidade, que é muito próxima da que preside ao manuscrito anónimo. Diz Lavanha que o seu relato é de “grande importância para as nossas navegações, e para aviso delas mui necessárias; porque o naufrágio ensina como se devem haver os navegantes em outro que lhe pode acontecer; de que remedios proveitosos usarão nele (...); que prevenções farão para ser menor a perda no mar e mais segura a peregrinação por terra”<sup>27</sup></p>
<p>Ambas as obras têm função didática e preventiva.</p>	

### Uma fonte escrita sobre o Sudeste Africano

O manuscrito anónimo sobre a perdição da nau *Santo Alberto* (1593) regista logo no seu início a constatação da diversidade humana, afirmando que a *Cafraria* é habitada por “tantas naturezas de quaftres, que é espanto”<sup>28</sup>; “tantas nasomis de barboras e siluestres gentes”<sup>29</sup>.

A palavra *cafre*, que neste manuscrito designa as populações da África do sudeste, correspondia a uma categoria classificatória que, adquirida por empréstimo dos mercadores árabo-suaíli da região de Sofala, significava infiel, ingrato, rude e selvagem, e exprimia juízos depreciativos de marginalidade e inferioridade espiritual e cultural. O vocábulo fixou-se nos discursos escritos portugueses e europeus durante o século XVI associando-se a um conjunto de estereótipos que partilhavam os mesmos atributos do termo classificatório de “bárbaro”, herdado dos clássicos.

Também os macro-topónimos “Cafraria” ou “Terra de Cafres” correspondem a uma categoria de representação geográfica construída nas escritas dos séculos XVI e XVII relativamente à África do sudeste. A observação exterior das comunidades africanas conduzia a uma

<sup>27</sup> João Baptista Lavanha, “Relação do Naufrágio da Nao S. Alberto, no Penedo das Fontes no anno de 1593. E Itinerario da gente, que d'elle se salvou, athè chegarem a Moçambique”, Bernardo Gomes de Brito (1955: 19), Vol. 3.

<sup>28</sup> Glória de Santana Paula (2007: 118).

<sup>29</sup> Ibidem: 116.



construção cultural do “outro” como um radicalmente diverso do ponto de vista ontológico. Neste sentido, a percepção das dissemelhanças antropológicas e culturais encontrava expressão nas categorias de *cafre* e *bárbaro*, que estruturavam o pensamento conceptual e tornavam inteligível a escrita da época versando territórios e povos distantes da ecúmena matricial judaico-cristã.

Para além da utilização do termo *cafre* associando as populações do sudeste africano aos estereótipos da barbárie, o vocábulo assumiu também a função de um substantivo comum, nomeando a “gente da terra” que tantas vezes acolhia e agasalhava, transformando-se, por isso, num elemento ativo do salvamento coletivo dos náufragos. De qualquer modo, a designação era intencionalmente usada por oposição ao viajante cristão, português, náufrago, perdido e vulnerável.

O autor do manuscrito anónimo descreve a variedade de comunidades com quem os náufragos da *Santo Alberto* interagiram ao longo da sua peregrinação no sentido nornordeste, desde a praia de Kwelera, a sul do rio Kei, até à baía de Lourenço Marques.

Detenhamo-nos por momentos na descrição da primeira comunidade com quem os náufragos contactaram:

Vjuem estes negros em aldeas piquenas feitas a modo de currays de gado da nossa terra e dentro no mesmo corral tem suas cazas que são humas uaras arcadas com a pomta ambas no çhão que serião - 15 - ou / uinte, que todas postas com as pontas no chão e cubertas com alguma palha mal postas que não defendem a çhuiua, fica parecendo a modo de hum forno em que cozem os padeiros o pão (...) aquy se metem marido e molher filhos grandes e piquenos e todos quoanto são, de modo que neste curral d’espinhos há duas ou três choupanas destas que é o tribo ou família de cada hum, e se algum aserta de morrer loguo tem agouro e se mudão a outro curral nouo que fazem a pouoação de 4 - 5 currais e em cada hum curral há 3 - 4 - 5 - choupanas também dentro e chama-se ysto huma aldea. (...) São estes cafres todos desta paragem pretos e compridos e muj bem apeçoados, trazem os bigodes compridos as barbas tozadas, e a sua mor cortezia na saudação é correr as mãos por elas huns aos outros, vestem huns mantoims a modo de frades menores de coiro de bezerro hou de cabra os coais andão tão emgraxados com gurdura de uaque hou carneiro que os trazem muito brandos, na cabesa carapusa aguda do mesmo, nos pés huns couros duros como couro de doba redomdos (...) tomão muita casa de ueados e outras alimárias a coso, nas mãos trazem huns paos de tamanho de hum couado deliquado, na ponta amarrado hum rabo de hum bicho

como de rapoza ou rabo de mungus que se auanão das moscas, trazem na cinta hum sinto do mesmo couro e defronte das naturas dependurado hum pedaço de couro de largura de quatro dedos o qual lhe não cobrem nada, desta mesma maneira andão as molheres, não lauão as mãos nem pés nem couza alguma que ayão de comer que é uaquá e carneiro (...).<sup>30</sup>

A descrição parece corresponder a uma comunidade de pastores Khoikhoi que, dada a sua localização a sul do rio Kei, seria provavelmente Gonaqua.<sup>31</sup> As suas aldeias dispersavam-se desde as colinas ondulantes até à orla marítima, entre o rio Great Fish e o rio Kei, numa área de fronteira fluida que assistia, em finais do século XVI, à fixação de clãs Xhosa. As fontes escritas mencionando o etnónimo Gonaqua, assim como outros etnónimos associados a clãs Khoikhoi desta região, datam de finais do século XVII e do século XVIII e constituem-se, em parte, por diários resultantes de expedições aos territórios extremos da colónia holandesa do Cabo, com a finalidade de negociar gado e recolher informações sobre os povos da “fronteira”. Antes da fixação dos holandeses no Cabo e da realização de tais expedições, o mais antigo registo escrito que se conhece produzido por testemunha presencial e versando as comunidades Khoikhoi no período inicial de interação com clãs Xhosa é este relato anónimo do naufrágio da nau *Santo Alberto*, que descreve fisicamente as populações e suas pequenas aldeias familiares dispostas em torno de um curral central ou *kraal*, chefiadas por um chefe ou *inKosi*.<sup>32</sup>

O autor menciona a natureza nómada destas populações que não praticavam o cultivo das terras e que retiravam o seu sustento do pastoreio de caprinos e bovinos e da caça, não estando vinculados ao ciclo do trabalho da terra, pois abandonavam com facilidade as suas povoações. As aldeias eram unidades de parentesco ligadas à autoridade do chefe de linhagem, ele próprio também o protagonista das práticas religiosas que asseguravam o equilíbrio cósmico e, por conseguinte, os sentidos mais profundos ligados à sobrevivência e proteção do grupo.

No âmbito das relações com o sagrado, o manuscrito concede-nos a descrição de um ritual que o chefe Lus Pause, da comunidade de

---

<sup>30</sup> Ibidem: 128.

<sup>31</sup> Christopher Saunders e Robin Derricourt (1974:73).

<sup>32</sup> Ibidem.

Tiombe<sup>33</sup>, protagonizou no momento do encontro com os náufragos. Depois de morto um carneiro que ofereceu ao líder dos náufragos, Nuno Velho Pereira, o chefe africano tomou as entranhas ainda palpitantes do animal, rompeu o bucho e lançou-o ao mar com palavras e gestos de agradecimento.<sup>34</sup> Diz ainda o texto que o chefe “como pasmado esteu olhando para todos” os náufragos e que com grandes brados agradeceu ao mar ter trazido às suas terras aquelas gentes tão semelhantes, por terem cinco dedos, olhos, mãos e pés, e ao mesmo tempo tão diferentes que, pela sua alvura, deveriam ser filhos do Sol.<sup>35</sup> O encontro dos náufragos com esta e outras comunidades africanas foi solenizado com saudações e oferendas aos chefes, o que resultou em formas pacíficas de comunicação, no estabelecimento de permutas em que fragmentos de cobre eram trocados por vacas e na cedência de guias pelos africanos que conduziam o grupo de náufragos até aos domínios de outro chefe. O itinerário desta peregrinação por terra na direção Nor-nordeste processa-se pelos sertões africanos, entre a cadeia montanhosa do uKhalamba-Drakensberg e os litorais do Índico. Estes territórios eram densamente habitados por comunidades agro-pastoris cujas descrições correspondem aos traços culturais dos Nguni, um dos ramos em que se dividiam os povos pertencentes ao grupo linguístico dos Bantus do Sudeste que, ao longo do segundo milénio, se fixaram a sul do rio Limpopo.<sup>36</sup> As populações organizavam-se em pequenas aldeias dispersas pelo campo, sujeitas à autoridade de um chefe, mas sem evidências urbanas de uma hierarquia de poderes. As habitações dispunham-se em semicírculo, em redor dos currais de cada família, os *kraal*, que eram em termos reais e simbólicos os verdadeiros centros da existência comunitária.

Por vezes, os náufragos deparavam-se com áreas despovoadas que poderiam associar-se a espaços de transição entre diferentes entidades político-culturais. Nesses “desertos” o grupo padecia de fome e desespero, o que era interpretado como fazendo parte de um processo de provação e catarse.

Ao fim de cerca de quarenta dias de caminhada no sentido NNE, já na terra do Natal, os náufragos chegaram a uma zona de abundância

---

<sup>33</sup> *Tiombe*, ou *Tizombe* (como é designado por Lavanha) é apresentado como o topónimo indígena de um espaço próximo a um traço orográfico que os marinheiros conheciam nas cartas de marear como “Penedo das Fontes”.

<sup>34</sup> Glória de Santana Paula (2007: 131-132).

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> C. M. Doke (1954:20)

que designaram por “Vale da Misericórdia”.<sup>37</sup> O modo de saudação e os traços somáticos destas gentes eram diversos dos que caracterizaram os primeiros grupos e a economia também diferia substancialmente. Aqui, além dos bovinos, abundavam cabras, galinhas, leite, mel, feijões e cereais como o nachenim. Passado este vale auspicioso, os náufragos atravessaram outra área “deserta” a seguir à qual as populações locais foram percebidas como distintas no seu modo de saudar, além de que usavam adornos de contas vermelhas que pareciam anunciar o rio de Lourenço Marques.<sup>38</sup> Junto à lagoa de Santa Luzia, ou “Rio da Abundância”, como fora designado anos antes pelos náufragos da nau *S. Tomé*, foi descrito um tipo de economia mista praticada por comunidades que conciliavam a pastorícia com agricultura e a pesca.<sup>39</sup>

Próximo de Santa Luzia veio ao encontro dos náufragos uma irmã do rei Inhaca que ali estava casada com um chefe local. Este era já o território de comunidades Tsonga que diferiam das Nguni e que os portugueses associavam ao poder político e económico do “rei” Inhaca. A designação do título político do Inhaca como “rei” é significativo enquanto representação do poder africano. A imagem do Inhaca surge como distinta da dos outros chefes da *Cafraria* e, de acordo com o olhar da época, essa diferença era determinada pelas relações mantidas com os portugueses no comércio do marfim, âmbar, cobre e escravos:

Este Rej do Inhaqua é muito nosso amigo e hum omem bem feito e muito alto de corpo e gentil homem (...) que nos pareseo se fora branquo dom Constantino irmão do Duque de Bargamça.<sup>40</sup>

Esta representação positiva de um poder africano estava associada aos interesses comuns num comércio em expansão, mas também à ajuda que este chefe e seu pai haviam prestado a todos os náufragos portugueses em trânsito por aqueles territórios.

### Considerações finais

A experiência do naufrágio da nau *Santo Alberto* e subsequente travessia da *Cafraria* sob a liderança de Nuno Velho Pereira, um antigo capitão de Sofala que soube estabelecer encontros pacíficos com as populações locais, honrando os chefes africanos e estabelecendo permutas materiais de interesse mútuo, saldou-se na mais positiva

---

<sup>37</sup> Glória de Santana Paula (2007: 148-149).

<sup>38</sup> *Ibidem*: 155.

<sup>39</sup> *Ibidem*: 159.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

experiência de sobrevivência na história dos naufrágios portugueses na África do Sudeste. O manuscrito anônimo (COD 639) é o único relato de um sobrevivente que se conhece para este naufrágio, sendo por esta natureza mais vívido e mais crítico do que o relato oficial publicado pelo Cosmógrafo-mor João Baptista Lavanha, que muito provavelmente o utilizou.

Se por um lado detetamos neste relato anônimo a mobilização de estereótipos que definem uma imagem do sudeste africano como uma terra agreste – as “brutas areas da Cafraria”<sup>41</sup> – também encontramos na sua textualidade o elogio, pelo clima temperado, abundância de frescos ribeiros e comunidades ricas em gados assim como o encantamento perante uma paisagem pujante e magnífica, onde a fauna e a flora selvagens suscitam o espanto do viajante.

Este relato de naufrágio pode ser analisado sob diversos ângulos. Numa ótica literária, pode permitir uma leitura das sequências e micro-sequências narrativas, como fez Alberto Carvalho para o relato do mesmo naufrágio escrito por João Baptista Lavanha<sup>42</sup>, pode explorar-se o imaginário inerente ao naufrágio enquanto poética da existência e da condição humana ou a temática dos símbolos, das metáforas e suas significações.<sup>43</sup> Numa perspetiva do estudo histórico, os campos de análise podem também ser diversos: podemos focar-nos nos aspetos técnicos relacionados com a *Carreira da Índia*, e em particular os problemas da navegação e da vida a bordo, podemos deter-nos nas categorias de representação geográfica e antropológica ou nos aspetos de mentalidade, para além de que o relato tem a valia de um documento escrito sobre sociedades Nguni do sudeste africano, que protagonizavam uma dinâmica de expansão e interação cultural que levou os povos Bantu até à extremidade sul do continente africano. Acima de tudo, o manuscrito anônimo da Perdição da nau *Santo Alberto* contribui para ampliar o *corpus* textual dos relatos de naufrágios facultando uma versão que permite cruzar dados e estabelecer percursos de leitura e utilização dos textos antigos.

## Bibliografia

### Fontes:

Brito, Bernardo Gomes de (1735-1736), *História Trágico-Marítima Em que se escrevem chronologicamente os Naufragios que tiveraõ as*

---

<sup>41</sup> Ibidem: 118.

<sup>42</sup> Alberto Carvalho, (1996: 13-65).

<sup>43</sup> António Manuel de Andrade Moniz(2001); Josiah Blackmore (2002), capítulos 3 e 4.

*Naos de Portugal, depois que se poz em exercicio a Navegação da Índia Lisboa*, Na Officina da Congregação do Oratorio, 2 Tomos.

- Brito, Bernardo Gomes de (1955), *História Trágico-Marítima*, SÉRGIO, António (Anotações, comentários e estudo introdutório), 3 Vols., s. l., Editorial Sul.
- Lavanha, João Baptista (1597): *Naufragio da Nao Santo Alberto, E Itenerario da gente, que delle se salvou. Por João Baptista Lavanha Cosmografo mór de Sua Magestade. Dedicado ao Principe Dom Phillipe Nosso Senhor*, Lisboa, Em Caza de Alexandre de Siqueyra (contrafacção do séc. XVIII).
- Memória das pessoas que passaram á Índia nos anos de 1504 a 1628, conforme se verá do título de cada lembrança que fizermos; a qual e as demaes que por esta ordem se acharem tiramos dos livros da Caza da Índia*, Reservados da BNP, Collecção Pombalina, nº 123 (Ms. in fol. de 427 ps.; letra do Séc. XVII), pp. 286-288.
- Perdição da nao Santo Alberto, e das couzas da Cafraria, custumes dos que a abitão até o Cabo das Correntes*, BNP, Reservados, Cod 639, 57 folios, letra do século XVI.
- Paula, Glória de Santana (2007), *O Naufrágio da Nau Santo Alberto. Discurso de um manuscrito anónimo*, Lisboa, Caleidoscópio.

### Estudos:

- Blackmore, Josiah (2002): *Manifest Perdition. Shipwreck Narrative and the Disruption of Empire*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Carvalho, Alberto, (1996): "Acerca dos 'relatos de naufrágio': significações narrativas e semânticas", *A História Trágico-Marítima. Análises e perspectivas*, Maria Alzira Seixo e Alberto Carvalho, (Organização de), Lisboa, Cosmos, pp. 13-65.
- Doke, C. M. (1954): *The Southern Bantu Languages*, London, Oxford University Press.
- Domingues, Francisco Contento (2003): "João Baptista Lavanha e o ensino da náutica na Península Ibérica", Maria da Graça Ventura e Luís Jorge Semedo de Matos (Coord.), *As Novidades do Mundo. Conhecimento e Representação na Época Moderna. Actas das VIII Jornadas de História Ibero-americana / XI Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, Lisboa, Colibri.

- Faria, Leite (1967): "Bibliografia", *Studia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, N.º 20-22, Abril-Dez., pp. 295-302.
- Guinote, Paulo, Frutuoso, Eduardo e Lopes, António (1998): *Naufrágios e outras perdas da "Carreira da Índia". Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Lanciani, Giulia (1997), *Sucessos e Naufrágios das Naus Portuguesas*, Lisboa, Caminho.
- Meira, Maria José Paredes (1996): "Uma leitura da Relação do naufrágio da nau «Santa Maria da Barca», no ano de 1559", *A História Trágico-Marítima. Análises e perspectivas*, Maria Alzira Seixo e Alberto Carvalho, (Organização de), Lisboa, Cosmos, pp. 147-160.
- Moniz, António Manuel de Andrade (2001): *A História Trágico-Marítima: Identidade e Condição Humana*, Lisboa, Colibri.
- Newitt, Malyn (2013): *Portugal na História da Europa e do Mundo*, 4ª Edição, Lisboa, Editorial Texto.
- Santos, Maria Emília Madeira (1969): *O carácter experimental da Carreira da Índia. Um plano de João Pereira Dantas, com fortificação da África do Sul (1556)*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar – Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga.
- Saunders, Christopher e Derricourt, Robin (1974): *Beyond the Cape frontier: studies in the history of the Transkei and Ciskei*, London, Longman.